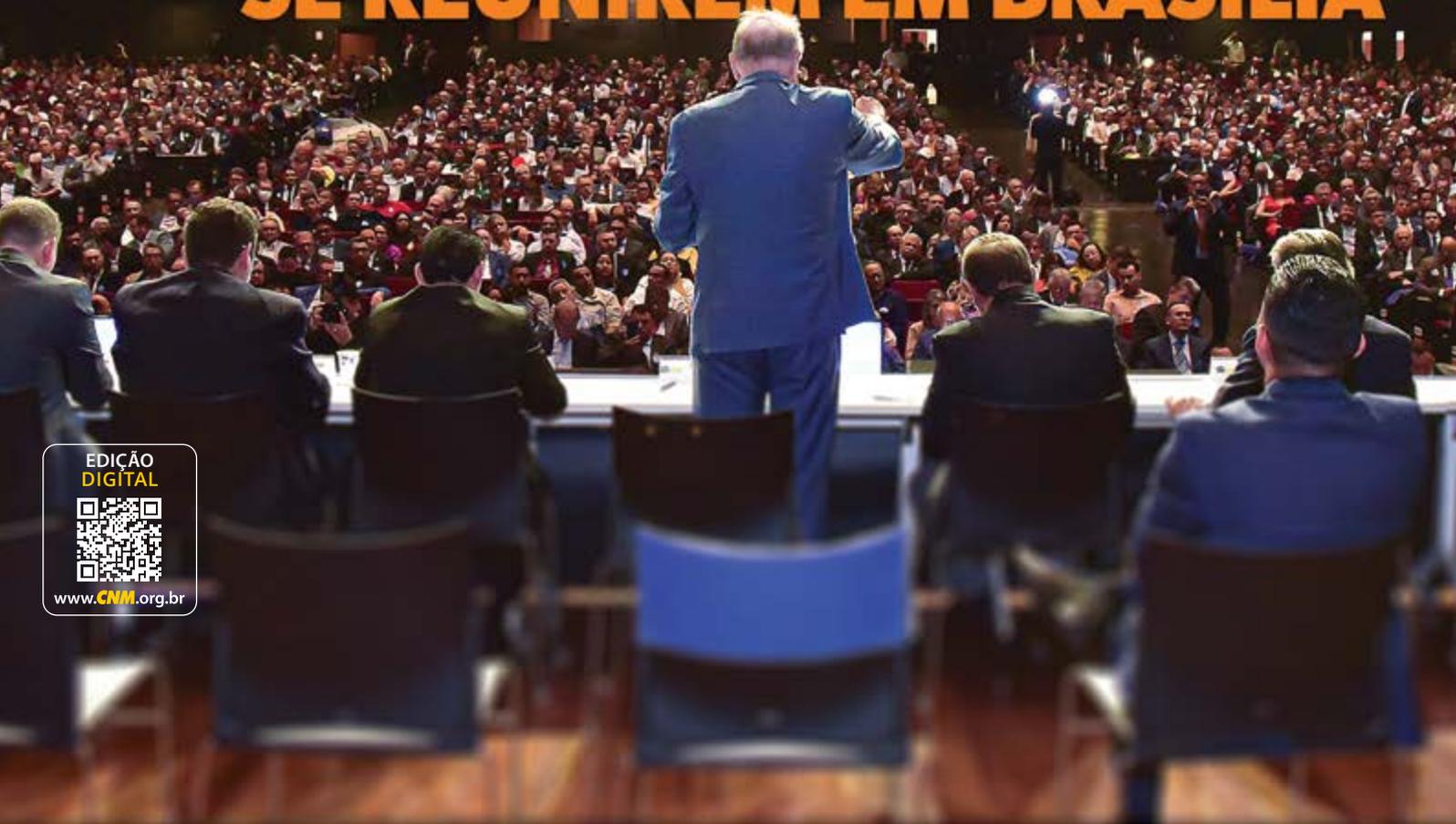


# B LETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro de 2023

# SOS

## CRISE NOS MUNICÍPIOS FAZ 3 MIL GESTORES SE REUNIREM EM BRASÍLIA



EDIÇÃO  
DIGITAL



[www.CNM.org.br](http://www.CNM.org.br)

Nesta edição:

**Falta de sistemas é entrave para adoção dos padrões contábeis patrimoniais**

**CNM defende premissas na Reforma Tributária em debate no Senado**

**Recomposição do FPM fica garantida após mobilização em Brasília**

# Palavra do presidente

Tenho alertado reiteradamente que os Municípios vivem uma crise estrutural, grave e que precisa ser urgentemente debatida. Precisamos nos envolver, chamar a nossa população para esse debate e buscar soluções junto às autoridades federais. É urgente um pacto federativo efetivo, que acabe com as graves distorções existentes em nosso país.

Em outubro, celebramos os 35 anos da Constituição Federal, que elevou os Municípios ao status de Entes federativos, mas essa realidade precisa sair do papel. Ainda precisamos lutar diariamente pelo respeito à autonomia municipal, que é cotidianamente agredida pelos demais Entes. Cria-se, em Brasília, cada vez mais obrigações que impactam diretamente os Entes locais sem que esses sejam ouvidos. E quem sofre é a população, que vê cada vez mais prejudicado o acesso aos serviços públicos.

Em estudos que apresentamos à imprensa, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União mostramos o grave cenário enfrentado. Entre os problemas que precisam de atenção estão os relacionados à Saúde. Dados de 2022 que embasaram o estudo mostram que, enquanto os Municípios aplicam R\$ 46 bilhões a mais em saúde do que prevê a Constituição, o governo federal adiciona somente R\$ 12 bilhões no valor que é obrigado a pagar. Ou seja, o acréscimo de investimentos das cidades brasileiras, em valores absolutos, é quatro vezes maior do que a soma do governo federal.



Há ainda uma dívida de quase R\$ 40 bilhões da União com os Municípios. Além disso, são 200 programas federais com defasagens que chegam a 100%; crescimento de 21,2% das despesas de custeio; 1,1 bilhão de procedimentos ambulatoriais; e 4,3 milhões de procedimentos hospitalares represados durante a pandemia, sendo necessários R\$ 17,2 bilhões para equacionar a demanda; mais de 5,4 mil obras paradas e abandonadas por falta de recursos da União; e R\$ 7,4 bilhões investidos com recursos próprios para finalizar obras sem repasse da União.

Como atender às necessidades de nossos munícipes quando nos vemos sozinhos na ponta? É preciso nos mantermos atentos, vigilantes e atuantes por mudança. Precisamos estar unidos e mobilizados para que as autoridades dos três Poderes ouçam nosso pedido de socorro, assim como fizemos em Brasília, nos dias 3 e 4 de outubro, momento em que reunimos mais de três mil gestores na capital federal. Ao longo dos anos, as nossas conquistas ocorrem a partir de muita luta e, principalmente, da unicidade de nosso movimento. Mostramos que somos 5.568 Municípios com interesses em comum, que é promover qualidade de vida às pessoas.

**Paulo Ziulkoski**  
Presidente da CNM



 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM

 app.cnm.org.br

**www.CNM.org.br**

Contabilidade

# Falta de sistemas é entrave para adoção dos padrões contábeis patrimoniais

Levantamento divulgado pela CNM mostra que a falta de sistemas para registros ainda é um entrave para que os Entes locais adotem os padrões contábeis patrimoniais conforme estipulado pelo Tesouro Nacional para que seja cumprida a regra de consolidação das contas públicas prevista na Lei Complementar 101/2000. Do total de 2.891 Municípios entrevistados pela entidade, cerca de 40% afirmaram não possuir informação de suporte (sistemas estruturantes, por exemplo, controle de almoxarifado e patrimônio).

Para impulsionar a adoção dos novos padrões contábeis pelos Entes, o Tesouro Nacional criou, em 2015, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), por meio da Portaria STN 548/2015. Com o objetivo de uma adequada consolidação das contas públicas e a instrumentalização do controle interno, externo e social, o documento estabeleceu prazos-limite para que os procedimentos contábeis patrimoniais fossem implementados. Muitos dos prazos já venceram.

A mesma norma que criou o Plano definiu que a fiscalização deveria ser feita pelos Tribunais de Contas aos quais os Entes federados estão vinculados. Uma das penalidades possíveis para quem não cumprisse os prazos seria a suspensão para o recebimento de transferências voluntárias e para a contratação de operações de crédito. Apesar disso, a fiscalização nunca avançou.

## » Falta de apoio técnico

A falta de fiscalização por parte dos Tribunais de Contas sobre a efetiva adoção dos padrões também reflete em falta de apoio técnico, pois não há orientações prévias aos profissionais contábeis municipais em relação aos controles e registros a serem efetuados. Esse cenário foi apontado como um dos fatores que justificam o não avanço, ainda, dos registros contábeis patrimoniais em muitos dos Municípios.

No levantamento, quando questionados sobre o motivo de alguns procedimentos contábeis patrimoniais exigidos no Plano ainda não terem sido adotados,

os Municípios listaram entre os principais motivos: a não ocorrência de todas as transações previstas no Município (43,9%); a ausência de sistemas estruturantes (39,4%); e a falta da exigência por parte dos tribunais de contas (25,5%).

A CNM considera que é preciso avaliar o custo-benefício para a geração das informações contábeis patrimoniais requeridas. A entidade alerta que a adoção integral dos novos padrões é exigida independentemente do porte do Município e da existência ou não de sistemas estruturantes para que as informações patrimoniais possam ser processadas. Resultado disso é que a padronização ainda está longe de ser uma realidade.

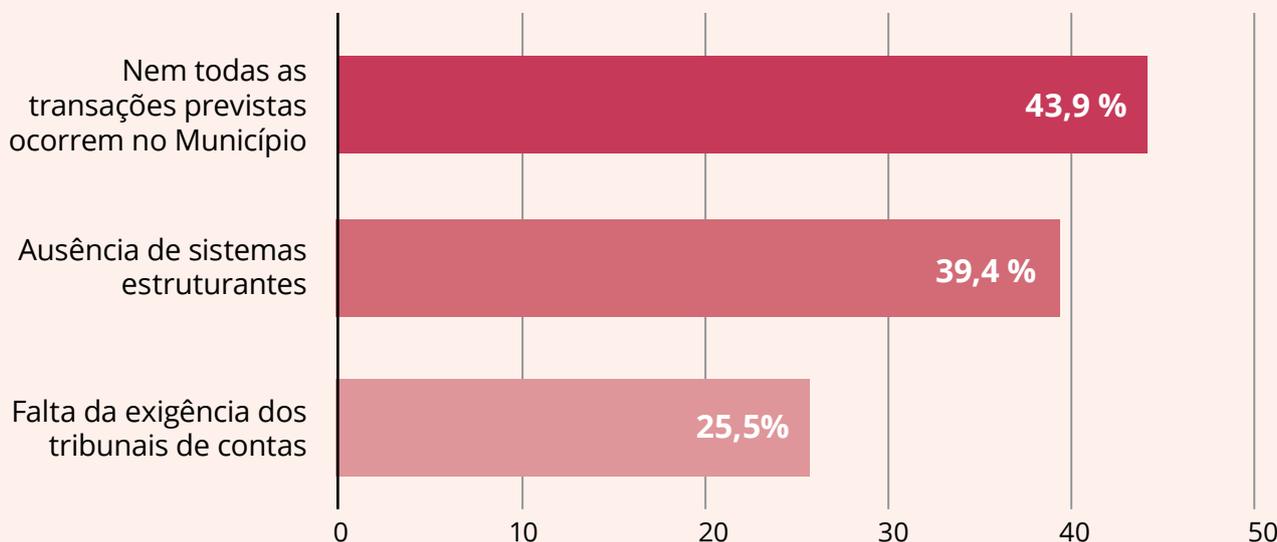
## » Acesse na íntegra

O relatório do levantamento está disponível na Biblioteca Digital da CNM.

 Acesse aqui:



## Principais dificuldades dos Municípios



Fonte: Pesquisa CNM.

# Fórum de vice-prefeitos debate improbidade e demandas municipais

A primeira edição do *Encontro Nacional do Fórum de Vice-prefeitos* reuniu centenas de gestores de todo o país na sede da CNM com a finalidade de debater e atualizar os gestores sobre temas que são fundamentais para a administração municipal. Em dois dias de evento, os participantes receberam orientações da entidade municipalista em relação à Lei de Improbidade administrativa, governança e ainda foram abordados os desafios e os avanços da pauta municipalista nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

O presidente Paulo Ziulkoski recebeu os participantes na CNM e ressaltou a importância da capacitação presencialmente e da necessidade de integração ao movimento municipalista e de conhecer as demandas dos Municípios que avançaram e as que precisam do apoio dos gestores para que sejam aprovadas. “Muitos dos senhores precisam conhecer as informações que muitas vezes não chegam lá na ponta, mas a Confederação tem tudo isso levantado e à disposição do Município”, destacou o líder municipalista ao receber os gestores.

No primeiro dia de programação, a Confederação detalhou pautas como o parcelamento de dívidas com a União, pisos salariais nacionais, a Reforma Tributária e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2023. O texto da PEC estende as regras da reforma da previdência da União de forma automática aos Municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Em seguida, os participantes foram orientados sobre as mudanças na legislação que trata da improbidade administrativa, a governança municipal e as condutas que são vedadas no período eleitoral.



Ag. CNM

## » Piso da enfermagem

Direcionamentos quanto aos pagamentos de pisos salariais fizeram parte da programação do segundo dia de evento. Fonte de muitas dúvidas dos gestores municipais, o recém-criado piso nacional da enfermagem foi um dos destaques com explicações da Lei 14.434/2022, que trata da Assistência Financeira Complementar da União ao piso da enfermagem que será repassado pela União aos Municípios.

## » Educação e Assistência Social

Outro piso, o do magistério, fez parte da programação com a apresentação de uma linha do tempo sobre como surgiu o tema e a forma como ele está sendo abordado no Legislativo nacional. Na oportunidade, a CNM reforçou que a falta de definições traz insegurança jurídica. Também foi abordado um balanço das obras paradas na área da Educação.



Já na Assistência Social os gestores receberam informações sobre os repasses da área, bem como mais informações em relação a como aplicar os recursos nos Municípios. Nova edição do *Fórum Nacional de Vice-Prefeitos* – que foi instalado na *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* deste ano – devem ser realizadas em breve. Acompanhe o *site* da CNM para mais informações.

Artigo

# Emergência climática: um país historicamente em situação de desastre

Dados do sexto relatório do Painel Intergovernamental para Mudança do Clima (IPCC) apontam influência da ação humana como a principal causa para o aquecimento global, contribuindo para o aumento de 1,1°C na temperatura global entre os anos de 2011 e 2020, quando comparado ao período de 1850-1900.

As projeções climáticas apresentadas nos relatórios oficiais do IPCC afirmam que o aquecimento adicional na temperatura proporcionará uma influência imprevisível no ciclo global da água, tendo como consequências secas, incêndios, inundações devastadoras, eventos extremos ao nível do mar e ciclones tropicais mais intensos. Para os Municípios brasileiros, que convivem há séculos com os desafios climáticos, essas projeções se tornam extremamente preocupantes.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios sobre *gestão ambiental municipal* identificou que 60% dos Municípios já foram afetados de alguma forma por eventos extremos climáticos de inundação ou enchente e que 50% dos Municípios não possuem nenhuma ação relacionada ao enfrentamento das mudanças climáticas. Por outro lado, um estudo da CNM sobre orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima identificou que entre os anos de 2002 e 2022 apenas 1% do total de R\$ 43 bilhões em orçamento do MMA foi direcionado para Municípios. Valor claramente insuficiente para atender às demandas da gestão ambiental municipal, bem como para ações de enfrentamento às adversidades climáticas.<sup>1</sup>

Outro levantamento da CNM acerca dos danos e dos prejuízos causados por desastres entre 2013 e 2023 identificou 61.858 decretações de situação de emergência e estado de calamidade pública em todo o Brasil, sendo a seca e o excesso de chuva os responsáveis pelo maior

número de decretos. O quadro abaixo mostra a quantidade de decretações por tipo de desastres que mais ocorreram em todo o Brasil nos últimos 10 anos.

Entre 2013 e 2023, a CNM destaca que 93,7% dos 5.570 Municípios foram afetados por desastres, ou seja, 5.222, com mais de 402 milhões de pessoas afetadas, mais de 886,3 mil pessoas desabrigadas, 3,9 milhões desalojados e 2.268 mortos, sendo que as chuvas foram responsáveis por mais de 80%, somando 2.110 óbitos. Dentre os Municípios afetados, 489 decretaram anormalidade em todos os anos, no recorte de 2013 a 2023.

Em 10 anos, os desastres causaram R\$ 586 bilhões de prejuízos aos Municípios, correspondendo a R\$ 48,8 bilhões em prejuízos por ano, sendo que os desastres que mais causaram prejuízos nos últimos 10 anos foram: seca, com prejuízos de 55,6% do total; chuvas, com 27,2%; pandemia de Covid-19, com 16,7%, e outros tipos de desastres, com 0,5%. No que se refere aos setores da economia mais afetados no período, a agricultura, com prejuízos de R\$ 241,5 bilhões; pecuária, com R\$ 80,4 bilhões; habitação, com 34,1%; e comércios locais, com R\$ 20,3 bilhões.

Nos últimos 10 anos, a CNM alerta que os recursos disponibilizados pela União para ações de gestão de riscos e ações de proteção e defesa civil foram insuficientes, haja vista que pagou o montante de R\$ 5,2 bilhões para ações de gestão de riscos e prevenção de desastres. Sendo assim, ao comparar os R\$ 586 bilhões em prejuízos causados, esse montante representa menos de 1% ao longo de dez anos.

Considerando os estudos realizados pela CNM, a falta de recursos para ações de proteção e defesa civil e prevenção no orçamento de desastres do país é um dos principais fatores influenciadores para a recorrência dos problemas.

Evento	Nº de Decretações	Decretações (%)
Seca	25.131	40,6
Chuvas	17.691	28,6
Covid 19	15.528	25,1
Incêndios florestais	2.719	4,4
Outros	789	1,3
<b>Total</b>	<b>61.858</b>	<b>100</b>

Fonte: CNM, 2023.

Com a redução cada vez maior de verba para prevenção, ano após ano, em todo o governo, o resultado é que, na prática, só se atua na resposta, com grande peso para as prefeituras. Para a minimização dos danos, as ações de prevenção e gestão de riscos devem ser incorporadas à ação coordenada e articulada dos Entes federados, e essa é uma luta constante da CNM, dentro do seu papel de representante dos Municípios brasileiros.

Ante as projeções climáticas para o Brasil e a recorrência de ventos extremos, os Municípios precisam dispor de infraestrutura de recursos materiais, financeiros e humanos, que devem ser informados, conscientizados, motivados, treinados, capacitados e orientados para executar as ações de defesa civil por tempo integral, pois um desastre natural não escolhe dia nem hora para acontecer. Essas ações exigem da gestão local uma grande preparação e, sem o apoio adequado e a integração com os outros Entes da Federação, será muito mais difícil manter as ações em âmbito local.

**Johnny Amorim Liberato:** analista técnico da área de Proteção e Defesa Civil da CNM. Formado em Administração Hospitalar, pós-graduado em Gestão Estratégica em Ambientes Colapsados por Calamidades e em Planejamento e Administração para Redução de Desastres.

**Jomary Maurícia L. Serra:** analista técnica da área de Meio Ambiente da CNM. Graduada em Agronomia, mestre em Desenvolvimento Sustentável e doutora em Geografia.

<sup>1</sup> Atividades utilizadoras de combustíveis fósseis são aquelas que usam recursos naturais disponíveis para produção e energia por meio de sua queima e oriundos da decomposição de material orgânico ao longo do tempo, como, por exemplo, o petróleo, o gás natural e o carvão mineral.

# Municipalistas defendem Reforma Tributária e

Com o objetivo de apresentar e defender as premissas do movimento municipalista no texto da Reforma Tributária, a CNM participou de uma sessão especial no Plenário do Senado para debater a PEC 45/2019, que reforma o sistema tributário brasileiro. O evento aconteceu no dia 28 de setembro e, além do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, prefeitos indicados pela Confederação participaram representando as regiões do país.

Na abertura, tanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quanto o relator da PEC 45/2019, senador Eduardo Braga (MDB-AM), ressaltaram a importância de ouvir as lideranças municipais e receber contribuições ao texto. O economista Bernard Appy explicou pontos e destacou a atuação da CNM na construção do texto. A entidade sugeriu a inclusão de duas emendas que foram apresentadas pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA).



Em sua fala, Ziulkoski reforçou a representação da CNM e a necessidade do debate. “Agradecemos a oportunidade de a Confederação poder aqui, representando mais de 5.200 Municípios, trazer a posição do movimento sobre a reforma e as necessidades dos Municípios em relação aos urgentes e necessários ajustes ao atual texto da PEC aprovada na Câmara. Com esta representatividade, viemos posicionar a irrefutável garantia das premissas tomadas pelos Municípios”, disse.

## » Premissas do movimento

Ziulkoski falou das preocupações dos Municípios. Ele elencou as premissas defendidas pela CNM e que são inegociáveis para o apoio ao texto. São elas: i. mudança da origem para o destino; ii. preservação da autonomia dos Municípios; iii. paridade de representação de Estados e Municípios no Conselho Federativo; iv. regra de transição com mecanismos de compensação de perdas, seguro receita; v. compartilhamento de todas as receitas de impostos com os Municípios; e vi. fortalecimento dos impostos sobre o patrimônio.

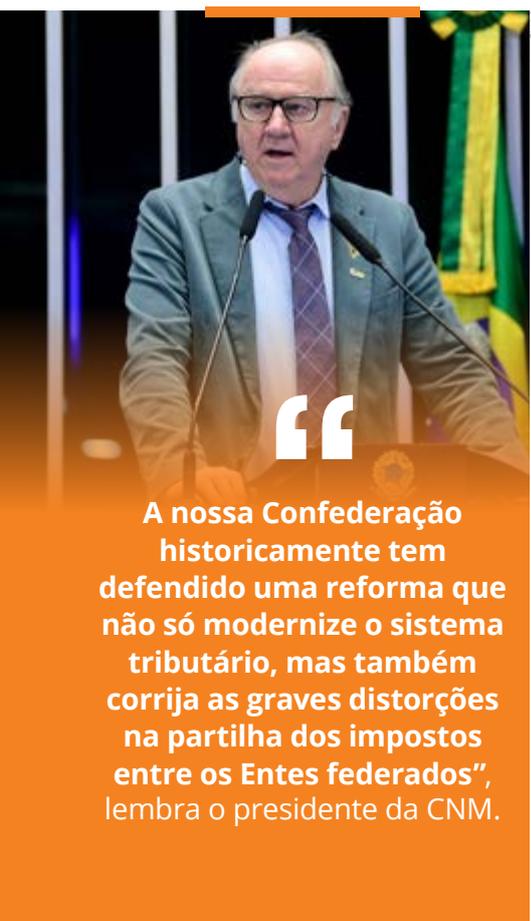
o destino é fundamental para corrigir essa distorção. Este é o momento ade-

quado para fazermos justiça e inserimos na Constituição que a regra matriz do novo imposto que surgirá em substituição ao ICMS e o ISS é o princípio do destino”, defendeu.

Um ponto alterado na Câmara e que precisa ser corrigido no Senado, segundo Ziulkoski, se refere à distribuição da cota-parte. A CNM defende o modelo em que se distribui 60% pelo critério populacional, 5% igual entre os Municípios e 35% conforme critério estabelecido nas assembleias estaduais. Ziulkoski pontuou que é necessário considerar as especificidades regionais. Também foi reforçada pelo presidente da CNM a emenda que propõe a progressividade no ITBI.

## » Conselho Federativo

Sobre o papel do Conselho Federativo, Ziulkoski enfatizou algumas preocupações do movimento. “O Conselho deve atuar em ações que se limitem ao processo de resoluções gerais e ações integradas entre os vários Entes federados que busquem uma opção de atuação colegiada, sem a interferência nas agendas de trabalho, nas funções e atividades e na possibilidade de definição de atribuições e exigência de qualificação dos servidores da administração tributária”, avaliou.



**A nossa Confederação historicamente tem defendido uma reforma que não só modernize o sistema tributário, mas também corrija as graves distorções na partilha dos impostos entre os Entes federados”, lembra o presidente da CNM.**

Funcional

# Indem premissas na em debate no Senado

## » Representantes estaduais

Representantes da Diretoria e do Conselho Político da CNM puderam apresentar dados e posição sobre o texto em debate. O primeiro tesoureiro da CNM e prefeito de Santarém (PA), **Nélio Aguiar**, reforçou as premissas. “O aprendizado que temos do modelo tributário trazido pela Constituição 88 é que a União ampliou a tributação sobre as contribuições, sem partilhar com os Municípios. Porém, quando a intenção era gerar subsídios e benefícios fiscais, se serviu daqueles tributos partilhados, como o FPM, dividindo a conta das reduções e isenções tributárias com os Municípios. Essa experiência nós, gestores locais, queremos evitar.”

“Infelizmente nosso país enfrenta recorrentes conflitos federativos que comprometem o ambiente de negócios e precisamos com urgência de um sistema tributário renovado que reforce o federalismo brasileiro, que simplifique o processo, amplie a segurança jurídica e, conseqüentemente,

impulsione o nosso desenvolvimento”, reforçou o presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM) e prefeito de Caridade do Piauí (PI), **Antoniél de Sousa Silva**.

Ainda sobre as premissas, o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) e prefeito de Lagoa Nova (RN), **Luciano Silva Santos**, abordou pontos que precisam ser avaliados. “Todos os estudos desenvolvidos pela CNM, ao lado das associações, concluíram que, ao longo das décadas, pós-Constituição de 1988, a criação de 200 programas subfinanciados impactou negativamente os orçamentos dos Municípios.”

O 5º vice-presidente da CNM e prefeito de Manaquiri (AM), **Jair Souto**, falou

sobre as peculiaridades da região Norte. “Eu pediria que a gente acrescentasse nessa Reforma a equidade, nós não somos iguais, somos um país de desiguais. E é preciso olhar com muito carinho. Qualquer patrimônio precisa ser mantido. O patrimônio da Amazônia precisa ser mantido e ele custa caro”, disse o prefeito.

A atuação da CNM foi destacada pelo presidente da Associação de Municípios do Paraná (AMP) e prefeito de Santa Cecília do Pavão (PR), **Edimar dos Santos**. “Não posso deixar de registrar que vivemos um grande momento do Brasil. Precisamos que a reforma seja justa e verdadeiramente efetiva. A CNM tem trabalhado de maneira muito forte para que a gente defenda nossos Municípios.”

Outros prefeitos e representantes de entidades municipais também puderam apresentar seus pontos de vista sobre a Reforma Tributária.



## » Audiência pública na CCJ

Em outra oportunidade, durante os dias de mobilização da CNM, o 1º tesoureiro da CNM, Nélio Aguiar, representou Ziulkoski durante uma audiência promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A reforma tributária foi o tema do debate. Durante discurso, Aguiar reforçou as necessidades do conjunto dos Municípios e da sociedade em relação aos urgentes e necessários ajustes ao texto da PEC 45/2019 aprovado na Câmara. “Precisamos corrigir as graves distorções na partilha dos impostos entre os Entes federados. Temos atuado tanto no apoio de mudanças constitucionais – como as previstas nas PECs 45 e 110 – quanto na aprovação de leis complementares que corrijam essas distorções, como foi o caso da Lei Complementar 157/2016”, disse.


 Institucional

# Crise: Municípios questionam div receitas *versus* atribuições entre c

Com os recursos para prestar serviços à população cada vez mais comprometidos, seja por queda na receita de arrecadação ou por mais atribuições herdadas sem o devido financiamento federal, cerca de três mil gestores municipais voltaram a Brasília, em outubro, atendendo à convocação da CNM. Na capital federal, o movimento municipalista apresentou dados à imprensa em coletiva e levou demandas ao Tribunal de Contas e à Controladoria-Geral da União (TCU e CGU).

“Essa mobilização tem força e nossa luta vai levar melhorias para os cidadãos que estão lá nos nossos Municípios”, destacou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, sobre o foco principal da mobilização, que se concentrou no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Ele frisou ainda que os problemas enfrentados pelos gestores municipais há anos se



Ruy Alonso / Ag. CNM

agravaram com o atual cenário de queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mas que essa não é a única causa. “A crise não é conjuntural, não é só do FPM, ela é estrutural, vem de uma soma de questões que fizeram com que chegássemos a esse ponto.”

Por isso, em busca de soluções que realmente considerem a raiz dos problemas, a Confederação se reuniu com o presidente do TCU e o ministro da CGU (leia mais na página 10), entregando pessoalmente documentos e dados que mostram faltas graves da União na relação federativa, como práticas de defasagem em programas federais e dívidas do governo federal com os Municípios.

## ORÇAMENTO PARA SAÚDE

### O QUE DETERMINA A CONSTITUIÇÃO



União

R\$ 139,8 bilhões

Valor empenhado no ano anterior + variação nominal do PIB



Municípios

R\$ 88 bilhões

15% da arrecadação dos impostos

### O QUE FOI APLICADO EM 2022



+12bi

União

R\$ 151,8 bilhões



+46bi

Municípios

R\$ 133 bilhões

### » Dados

Para contextualizar o cenário de crise e mostrar que a situação não se trata de negligência das gestões municipais com a verba pública, a CNM reuniu dados de vários setores. Na saúde, uma das áreas mais afetadas, por exemplo, os Municípios aplicaram R\$ 46 bilhões a mais em 2022 do que prevê a Constituição, enquanto o governo federal adicionou somente R\$ 12 bilhões no valor que é obrigado a pagar.

O acréscimo de investimentos das cidades brasileiras, em valores absolutos, portanto, é quatro vezes maior do que a soma do governo federal. O mesmo levantamento da Confederação também afirma que os Municípios juntos destinam à área de saúde mais do que 15% do orçamento, percentual mínimo obrigatório. Em 2022, a média nacional ficou em 22,27%. Além disso, cerca de 1,5 mil Municípios – que representam 27% das

# visão de os Entes

idades do Brasil – aplicam percentuais acima de 25%.

Outro ponto importante é que para levar saúde básica à população na ponta, as gestões locais custearam, com recursos próprios, 60% das despesas em atenção primária em 2022, sendo que os recursos recebidos da União pagaram somente 40%. Dados que derrubam hipóteses equivocadas sobre a crise e a gestão do orçamento municipal.

Na assistência social, o orçamento da União para 2023 é o mesmo de 2015 para o Sistema Único de Assistência Social (Suas). “São quase 10 anos com um orçamento que deixa vulnerável a sustentabilidade da rede de serviços socioassistenciais, que possui demandas sempre crescentes”, apontou Ziulkoski.

Na educação, levantamento da CNM apontou o percentual de crescimento do piso do magistério ao longo dos anos.



“Nossa luta vai levar melhorias para os cidadãos que estão lá nos nossos Municípios”,

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM

Ruy Atônso/Ag. CNM

De 2008 a 2020, o aumento foi de 365%, enquanto a valorização do salário mínimo chegou a 183,9% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) cresceu 138% no mesmo período.

Apenas em 2022 e 2023, os reajustes propostos pela União ao piso do magistério sem previsão legal, pois o critério de reajustes remetia à uma lei revogada em 2020, representam um aumento de

53%. O impacto dos dois últimos reajustes é estimado em cerca de R\$ 50 bilhões para os Municípios até o fim deste ano.

Hoje, os Municípios comprometem quase 27% do seu gasto total de pessoal com a folha do magistério. “A gente não é contra o pagamento [do piso nacional], mas tem que ter o recurso repassado pelo governo federal para o Município pagar”, opina o presidente.

## TCU e CGU analisarão dados que mostram falhas da União no repasse de recursos

Apuração de condutas da União no pagamento e no repasse de verbas aos Entes locais. Esse foi o pedido levado pelo presidente Paulo Ziulkoski e o movimento municipalista ao presidente do TCU, Bruno Dantas, e ao ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, em reuniões durante a última mobilização em Brasília.

“Quando um Município deve à previdência, o governo [federal] abocanha do FPM. Agora, o que ele deve, não tem problema. Não nos paga e fica por isso mesmo”, questionou Ziulkoski no primeiro encontro, na sede da CGU. Ele reforçou ainda que os problemas se acumulam há vários governos e expôs o cenário. “São mais de 240 programas, não foram feitos por lei, não têm correção, pararam no tempo e inviabilizam a gestão nos Municípios.”

Entre os dados listados pela entida-

de estão quantias bilionárias não pagas pela União, como valores do Suas e de obras da educação e o descumprimento da Lei 13.485/2017 sobre o encontro de contas para revisão da dívida previdenciária. O ministro afirmou que o órgão estudará o documento e ressaltou que compreendeu as dificuldades. “Vocês recebem uma série de tarefas decorrentes dos programas que vão surgindo, muitas vezes sem a estrutura e os recursos necessários. Estou entendendo que isso é estrutural”, avaliou.

Em frente à sede da CGU, dois mil gestores que permaneceram mobilizados receberam o relato diretamente de Ziulkoski após a reunião e seguiram para o Salão Verde da Câmara dos Deputados, onde o líder do movimento concedeu entrevista à imprensa sobre os rumos da mobilização e o cenário de crise. De

lá, o grupo marchou cerca de um quilômetro até o TCU.

Após ouvir o pedido de apoio do Tribunal, como órgão de controle, para análise dos dados levantados pela CNM, o presidente do TCU, Bruno Dantas, destacou que as necessidades da população estão nos Municípios. “Os Estados e a União são ficções jurídicas. Do ponto de vista real, o que existem são as cidades e é lá que as pessoas se organizam. Temos profundo respeito pelo trabalho das prefeitas e dos prefeitos.”

O compromisso de que haverá andamento à solicitação foi anunciado pelo próprio ministro, que desceu a rampa do TCU para falar aos gestores. Segundo Dantas, a área de auditoria fará uma análise prévia e, depois, o tema será sorteado para um dos ministros do órgão.

# Compensação do ICMS e recomp após manifestação dos

A crise financeira que atinge os Municípios foi agravada pelas recentes quedas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em meio à busca de soluções para que se amenizasse a situação, o movimento municipalista lutou pela aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 136/2023, que, entre outras questões, previa a recomposição dos recursos aos Municípios durante os meses de julho a setembro e garantia a reposição caso houvesse perdas até o final de 2023. A matéria foi sancionada pelo governo federal no dia 24 de outubro, tornando-se a Lei Complementar 201/2023.

O projeto foi aprovado na noite de 4 de outubro, dia em que o movimento municipalista encerrava mais uma mobilização em prol dos Municípios. Atendendo ao pleito dos mais de três mil gestores locais que se encontravam em Brasília por soluções para a crise financeira vivida nas cidades, o Senado aprovou a matéria.

A sensação do movimento municipalista é de reconhecimento pela urgência compreendida pelo Congresso, mas de alerta, diante da dimensão do desequilíbrio financeiro em todo o país. “Como já havíamos avisado, é um fôlego importante, mas extremamente pontual e emergencial. O que precisamos e queremos é o cumprimento real do pacto federativo, para solucionar uma crise que é estrutural, que cresce há anos com subfinanciamento do governo federal, com aprovação de projetos em Brasília que aumentam despesas nos Municípios sem previsão de receita, entre outros pontos”, avaliou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

## » O projeto

A proposta prevê ainda a compensação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e a CNM atuou para garantir o repasse dos Estados aos



Municípios. Pela estimativa da entidade seriam adiantados cerca de R\$ 2,73 bilhões aos Municípios neste ano – valor que estava previsto para 2024. O texto estabelece que os governos estaduais comprovem mensalmente ao Tesouro Nacional, por meio de declaração, o repasse da parcela devida aos governos municipais.

Ao defender a votação imediata do PLP, o relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), destacou que o projeto trata de medidas urgentes e que não estão restritas ao FPM para os Municípios, pois se refere à compensação da União aos demais Entes pela redução de alíquotas do ICMS no ano passado, “incluindo os 25% do ICMS cabíveis aos Municípios”, pontuou. O relator ainda destacou no Plenário que, além da recomposição de julho a setembro do FPM, o PLP define que, ao fim de 2023, sejam apuradas possíveis quedas. “Ao término do ano, a União complementará os recursos do FPM caso se constate redução real do repasse quando considerado todo o exercício.”

## » Parte do problema

Um importante alerta foi feito na sessão pela senadora Teresa Leitão (PT-PE). Ela enfatizou que a proposta e o FPM são apenas uma parte da solução: “A Marcha não foi em vão, foi bem-sucedida, e outras marchas certamente virão, porque estamos resolvendo uma parte do problema”. A parlamentar falou sobre a necessidade de avançar em outros temas, como a Reforma Tributária.

Ao fim da votação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também reforçou que é preciso ter um olhar muito atento aos Municípios brasileiros. “Essa é uma das medidas que devemos tomar em favor dos Municípios brasileiros, que passam por um momento de dificuldades financeiras.”

Como a votação só foi possível com a retirada de dois destaques por parte da oposição ao governo, os senadores também destacaram o apoio do Plenário em benefício dos Municípios. “Total apoio aos prefeitos, projeto de suma importância para poder equilibrar as contas dos Municípios”, afirmou o senador Cleitinho (Republicanos-MG).

Funcional

# Posição do FPM ficam garantidos Municípios em Brasília



gov.br

## Conquista: Municípios terão redução de alíquota do INSS

Após mobilização dos gestores, os Municípios com até 142,6 mil habitantes serão beneficiados com redução para 8% da alíquota de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A medida – aprovada pelo Plenário do Senado em 25 de outubro – valerá até 31 de dezembro de 2027. Agora, para entrar em vigor, o texto ainda precisa passar pela sanção presidencial.

De acordo com estimativa da CNM, a medida representará uma economia de R\$ 11 bilhões por ano para mais de 4 mil Municípios. “Isso é resultado da força do movimento e das nossas mobilizações em Brasília. Por isso, devemos celebrar a conquista de um pleito muito

importante. É um fôlego para as prefeituras, como temos debatido, mas não é solução”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. A CNM atuou para que a medida avançasse tanto no Senado quanto na Câmara.

Mudanças feitas pela Câmara no texto não foram acatadas pelos senadores. Os deputados federais haviam alterado a regra para os Municípios, escalonando a redução entre 8% e 18% de acordo com o produto interno bruto (PIB) de cada cidade. Os senadores retomaram substitutivo com o recorte de Municípios por população de até 142,6 mil habitantes – posição defendida pela CNM.

### » Valores por SMS

A CNM já divulgou - por mensagem de texto enviado para os Municípios filiados - os valores que serão repassados ao FPM e, em breve, fornecerá mais informações. Quanto à antecipação do ICMS, a estimativa da entidade é que o pagamento previsto para 2024 – e que agora será pago em 2023 – some R\$ 2,73 bilhões. A CNM ressalta ainda que atuou para garantir, no texto sancionado, o repasse dos Estados aos Municípios e, por isso, o texto estabelece que os governos estaduais comprovem mensalmente ao Tesouro Nacional, por meio de declaração, o repasse da parcela devida aos governos municipais.



Congresso Nacional

# Obras paradas e políticas ambientais são destaques no Congresso

Informações atualizadas sobre as obras paradas da Educação e o financiamento das políticas ambientais foram detalhadas pela CNM em reuniões no Congresso Nacional. A entidade reforçou no Senado a preocupação das prefeituras com o alto custo das contrapartidas para a gestão municipal e enfatizou que a retomada das obras paradas precisa considerar os gastos dos Municípios. Já na Câmara foi reforçada a necessidade de apoio aos Municípios por meio de investimentos e capacitação nas ações voltadas à sustentabilidade.

Na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que tratou de medidas de apoio à infraestrutura educacional no âmbito da meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), a Confederação destacou que 1.261 Municípios solicitaram à União a retomada de cerca de 2,6 mil obras, o que representa 79,8% das mais de três mil previstas. Com isso, o Fundo Nacional de Desen-



volvimento da Educação (FNDE) precisa repassar às prefeituras um montante estimado em cerca de R\$ 3 bilhões.

A CNM também enfatizou que a maior parte das obras são de 2013, o que pode demandar ainda mais recursos para recuperá-las. Pelo levantamento, 660 obras não foram repactuadas e, como procedimento, deverão ser can-

celadas e os recursos devolvidos, o que representa cerca de R\$ 504,6 milhões. Mesmo no cenário em que as obras foram concluídas, há preocupações. Na área de educação, 4,9 mil Municípios finalizaram 12 mil obras. No entanto, em valores corrigidos, a União, por meio do FNDE, deixou de repassar aos Entes locais cerca de R\$ 9,7 bilhões.

## » Políticas ambientais

A Confederação alertou para a urgência dos debates sobre a agenda climática e o suporte aos Municípios no financiamento das políticas ambientais em um seminário na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Um estudo produzido pela entidade apontou que a insuficiência de recursos para a gestão ambiental tem comprometido iniciativas nas cidades. O levantamento feito no ano passado com 2.250 gestores, ou seja, aproximadamente 40% dos Municípios do país, apontou que a maioria ainda não desenvolveu nenhuma ação específica no tema de mudanças climáticas; dentre os motivos estão a necessidade de capacidade técnica e a falta de infraestrutura para desenvolver projetos.

Outro aspecto evidenciado por 90%



dos gestores pesquisados foi a insuficiência de recursos próprios para executar ações ambientais. Na ocasião, a CNM também defendeu a continuidade das transferências do ICMS Ecológico.

A sugestão foi feita pela entidade ao Congresso por meio da Emenda 56 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da Reforma Tributária.

 **Institucional**

# Movimento pede pacto federativo justo no Conselho da Federação

O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, e lideranças de entidades municipalistas estaduais participaram da instalação do Conselho da Federação e da posse dos membros. Criado pelo governo para promover a cooperação federativa na gestão das políticas públicas, o colegiado já teve sua primeira reunião com representantes dos três Entes federativos. O evento aconteceu dia 25 de outubro no Palácio do Planalto.

Ziulkoski compôs a mesa de abertura e falou em nome dos Municípios, representando todas as entidades municipalistas presentes. “Essa iniciativa é fundamental para nós, porque aqui exatamente está a Federação que está escrita na Constituição Federal de 1988, com União, Estados e Municípios”, afirmou. Ele destacou, no entanto, que a Constituição elevou os Municípios ao status de Entes federativos, mas lamentou que a autonomia municipal prevista ocorra apenas na teoria. “De 1988 para cá, estamos consagrados como Entes da federação com autonomia, mas isso é muito na teoria. Hoje fica tudo concentrado em Brasília”, alertou o presidente da CNM.

Ele ainda apontou que a União desconcentra responsabilidades, e não descentraliza. Dessa forma, os Municípios vêm recebendo inúmeras obrigações, mas sem o recurso necessário para fazer frente aos mesmos. “O governo arrecada bastante e, ao invés de descentralizar, ele desconcentra. Há uma desconcentração e não uma descentralização. O Brasil tem várias realidades. Precisamos dar mais autonomia lá na ponta. Temos que acreditar mais no cidadão e no Município”, afirmou. Ele ressaltou que em decorrência desse cenário, o Brasil enfrenta um conflito federativo que levou os Municípios ao colapso. “Os Municípios estão quebrados. E isso não é de agora. Uma coisa que não foi o senhor [presidente]. Vem de muitos anos, mas é preciso reconhecer que há um conflito federativo”, disse.



Por fim, o presidente da CNM lembrou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi o primeiro a participar da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em 2003. Ele reforçou a importância do diálogo, por meio do Conselho Federativo, e colocou a entidade à disposição do governo em prol do desenvolvimento social e econômico.

O presidente da República também participou da cerimônia e destacou o diálogo com os Municípios. “O ato de hoje é muito importante no exercício democrático que cada cidadão tem que exercer. Eu aprendi que fazer política é um processo sistemático de conversar, dialogar e debater”, afirmou Lula. Assim como Ziulkoski, o presidente da República lembrou o diálogo com os Municípios desde 2003.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, coordenará os trabalhos do colegiado. Ele destacou a importância do diálogo e falou da sanção da Lei Complementar 201/2023, para recompor a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste ano. A lei prevê ainda a compensação da União aos demais Entes pela redução de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

## » Reunião do Conselho

Após a posse no Conselho, os representantes da União, dos Estados e dos Municípios se reuniram para a primeira reunião do Conselho da Federação. A CNM foi uma das entidades convidadas para compor o grupo. Cada entidade de Municípios indicou membros tanto para o Conselho quanto para a Secretaria Técnica. Em reunião do Conselho Político da CNM, as lideranças decidiram pela rotatividade dos membros do Conselho e pela representatividade. Os indicados foram o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Coronel Fabriciano (MG), Marcos Vinícius Bizarro; o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e prefeito de São Mateus do Maranhão (MA), Ivo Aragão; o presidente da Associação de Municípios do Paraná (AMP) e prefeito de Santa Cecília do Pavão (PR), Edimar dos Santos; e o presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), Valdir Júnior.


**Previdência Sustentável**

# Municípios avançam em planejamento com o Projeto Previdência Sustentável

A Prefeitura de Rio Branco (AC) está sendo acompanhada pelo Projeto Previdência Sustentável, uma parceria da CNM com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O Município participou de diversas reuniões e vem avançando com novas abordagens para o Instituto de Previdência do Município de Rio Branco (RBPprev).

“As reuniões contaram com a presença de representantes das principais secretarias de nossa administração municipal, recebemos a secretaria de planejamento, de finanças, a procuradoria-geral do Município, a controladoria e, com o prefeito Sebastião Bocalom, estamos avançando em políticas voltadas à sustentabilidade do Instituto”, compartilhou o diretor-presidente do RBPprev, Osvaldo Santiago.

O Projeto Previdência Sustentável visa equilibrar e dar sustentabilidade aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais. Em Resende Costa (MG), o assessor de Governo e Plane-

jamento do Município, Gleidson Diego Magalhães, destacou que as reuniões já realizadas foram proveitosas. “A todo momento durante as reuniões, os membros do grupo de trabalho foram provocados e instigados a buscar soluções concretas e que pudessem ser trabalhadas para a finalidade do programa, como também foi possível observar a experiência de trabalho e o vasto conhecimento da área de desenvolvimento aplicados”, disse.

Da mesma forma, a Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste (RO) está sendo acompanhada pelo Projeto. O Município se enquadra na Ação 2 – “Elaboração e Implementação de Plano de Desenvolvimento Local”. O secretário de gabinete, Iziel de Abreu Silva, apontou que o Projeto está contribuindo para o desenvolvimento local. “Nos encontros [de] que já participamos, discutimos as vocações e os gargalos do nosso Município. Nas últimas reuniões contamos com a participação do nosso instituto de previdência, secretarias estratégicas e também com

o setor produtivo do nosso Município. E sentimos muita produtividade desde já”, apontou.

## » Projeto Previdência Sustentável

O Projeto Previdência Sustentável, além de diagnosticar os problemas, objetiva a implementação de um conjunto de ações para o enfrentamento do desequilíbrio fiscal pelo qual passam os Entes locais, especialmente quanto à situação financeira e atuarial do RPPS. Para tanto, o Projeto selecionou 60 localidades que receberam apoio técnico para reformar seus fundos previdenciários e promover uma melhor rentabilidade.



**Governo Digital**

# Plataforma Cidades GOV.BR é alternativa para otimizar a gestão

Diversos Municípios do país adotaram a plataforma Cidades GOV.BR como ferramenta de gestão para o portal da prefeitura. Além de reunir todas as informações importantes aos cidadãos, o serviço também ajuda a otimizar a gestão local por parte dos Entes locais. O serviço oferecido por meio da Cidades GOV.BR é integrado com a plataforma gov.br, já disponibilizada pelo governo federal. A ferramenta oferecida aos Municípios possi-

bilita também aplicações para a gestão das prefeituras e câmaras municipais, ajuda na redução de custos no atendimento ao público, amplia os serviços digitais para o cidadão acessar sem sair de casa e ainda é possível realizar a personalização do conteúdo conforme a necessidade do Município.

 **Conheça o Cidades GOV.BR**

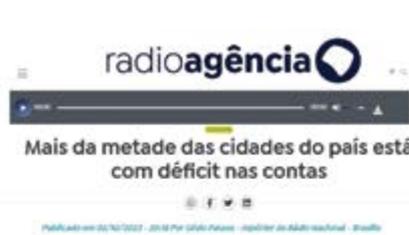


Na Mídia

# Mídia nacional destaca Mobilização e atuação da CNM

Com a forte atuação dos gestores municipais que estiveram em Brasília, liderados pela CNM, no início de outubro, a repercussão midiática foi intensa. Os veículos de comunicação noticiaram estudos disponibilizados pela Confederação, repercutiram a situação de crise enfrentada pelos Municípios, além de entrevistas concedidas pelo presidente da entidade Paulo Ziulkoski e a atuação em relação aos Poderes Executivo e Legislativo.

Os conteúdos foram publicados em jornais impressos como *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *Folha de S. Paulo*, *CNN*, *Jovem Pan*, *Record*, além de portais de notícias como *Poder 360* e *Jornal de Brasília*. Agências de notícias como *Agência Brasil* e rádios como *CBN* e *BandNews* também mencionaram a atuação da entidade municipalista.



Um estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostra que mais da metade das cidades afirmam que estão com déficit nas contas. Para se ter uma ideia, em 2022, apenas 7% registraram esse quadro.





# Confira a agenda de eventos da CNM em novembro

Com o objetivo de manter os gestores integrados às novidades e às ferramentas que possam contribuir para a administração local, a CNM tem intensificado o oferecimento de eventos para a capacitação. Tanto de forma presencial, na sede da entidade, em Brasília, como *on-line*, a Confederação preparou uma programação especial para os próximos meses.

Conforme já destacado na página 4 deste *Boletim*, entre os dias

8 e 10 de novembro, a CNM irá promover o *1º Congresso Nacional de Contabilidade Municipal*. Podem participar do Congresso prefeitos, contadores, secretários, tesoureiros, auditores, controladores e outros profissionais envolvidos na área da contabilidade municipal.

Além disso, fique atento ao Portal da CNM para acompanhar os próximos eventos que serão realizados até o fim do ano.



## » Seminários Técnicos

Os eventos on-line também seguem de forma intensa. Durante o mês de novembro, os *Seminários Técnicos* vão trazer informações e orientações acerca dos mais diversos setores da administração pública. Promovidos às terças e às quintas-feiras, através da plataforma *Zoom*.

 **Os interessados devem fazer inscrição:**



## » Agenda

- 7 de novembro – **Cultura**
- 14 de novembro – **Defesa civil**
- 16 de novembro – **Educação**
- 21 de novembro – **Meio ambiente**
- 23 de novembro – **Planejamento territorial e habitação**
- 28 de novembro – **Assistência social**
- 30 de novembro – **Jurídico**



## BATE-PAPO com a CNM

## » Bate-papo com a CNM

- 10 de novembro – Assistência Social
- 17 de novembro – Saúde
- 24 de novembro – Meio ambiente

 **Assista ao Bate-papo com a CNM pelo canal da entidade no YouTube:**

